

Handwritten signature or initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA



ACTA N.º 02/2012 - EXTRAORDINÁRIA (Mandato 2009/13)

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012

CONTÉM 11 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 02/2012 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 23,30 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
ORDEM DO DIA =	4
= ENCERRAMENTO =	11



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- No dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luisa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respectivamente, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b), nº 1, do artigo 54º e do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 14 de setembro, convocada pelo edital do dia dezanove do mês de novembro do ano de dois mil e doze. -----

-----Registou-se a falta de Olímpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD), Baltasar de Castro Fernandes (PS); Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS) de António Gonçalves Barbosa (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

-----Registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS); Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Maria Eugénia Guedes Soares Sousa (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP-PEV); Francisco Sousa Cruz (PPD/PSD); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS) José Augusto Amorim Oliveira (PS); José Pereira da Cunha (PPD/PSD); Manuel Joaquim da Costa Tinoco (PS); Maria Elisabete Freitas Ribeiro (PPD/PSD); Ivan Mata Morais (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP-PEV), Carlos Manuel de Sousa Barbosa (PS); Paulo Manuel Dantas Rosa (PPD/PSD); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); João Barbosa Cerqueira (PS); Carlos Alberto Fernandes Pereira (PPD/PSD); Daniel Rodrigues Barbosa (PS); Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro (PS); José João Gomes Gonçalves (PPD/PSD); Eduardo José de Oliveira Dias (PS); Manuel Lopes Fernandes (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS); Eugénio Octávio Gonçalves Pereira (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD); Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Amâncio Barbosa (PS); Anésio Pereira Barbosa (PPD/PSD); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Agostinho Lourenço Fernandes de Sá (PS); José de Sousa Amorim (PPD/PSD); Francisco Gonçalves Dias (PS); Maximiano Teixeira da Costa (PS).-----

-----Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: José Augusto Viana de Sousa (PSD); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Alexandra Maria Barbosa de Marinho (PS) e Albano Rodrigues de Sousa (PSD).-----

-----Substituições:-----

-----Olímpio António Fernandes Caldas (PPD/PSD) foi substituído por Ana Maria Brandão Guerreiro Veiga. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Isabel Maria Marques Nolasco da Silva Vaz (PS) foi substituída por Tiago Manuel Pereira da Cunha. -----

-----Baltasar de Castro Fernandes (PS) foi substituído por Manuel José Miranda.-----

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

ORDEM DO DIA =

= PROPOSTA CONCRETA DA UTRAT =

-----Ponto único – Proposta Concreta de reorganização administrativa das freguesias situadas no território do Município de Paredes de Coura da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT).-----

-----O Presidente da Assembleia informou que, em reunião realizada no dia anterior com os representantes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal, resultou uma moção concertada que foi lida, ficando anexa à presente ata e dela fazendo parte integrante. Por isso, definiu a metodologia das intervenções, com a palavra a ser dada, em primeiro lugar, aos porta-vozes dos grupos municipais, depois ao Presidente da Câmara e, por último, aos membros da assembleia.-----

-----Carlos Barbosa: Disse estarem mais uma vez a debater a questão das freguesias e expressou estarem num país onde não ouvem as instituições. Que da reunião com os representantes dos Grupos Municipais, saiu a moção que foi lida. Insistiu na necessidade de uma reforma administrativa mas não nos termos impostos pela Lei nº 2/2012. A proposta da UTRAT não teve a representação das autarquias – ANMP e ANAFRE – considerando-a, assim, vazia de conteúdo. Quanto aos verdadeiros visados, que nem foram ouvidos, conclui-se que temos um Governo surdo a fazer o que muito bem entende, sem ouvir ninguém. Considerou-a uma proposta tecnocrática e contraditória. A Lei fala em coesão territorial e a UTRAT agrega freguesias como Ferreira e Formariz, criando uma mega freguesia e em compensação diz que se baseia em padrões de coesão territorial e unidade geográfica. Disse estarmos perante um Governo que não olha a meios, apenas a objectivos, é maquiavélico. Disse que embora ninguém ouça o povo de Paredes de Coura, este deverá fazer-se ouvir nem que seja nas instituições internacionais. Que a proposta será novamente enviada e não vale a pena qualquer pressão porque a vontade do povo de Paredes de Coura e dos órgãos que a representam é sempre a mesma. Por fim considerou a presente reforma, uma má reforma. -----

-----Decio Guerreiro: Disse custar-lhe muito voltar a falar deste assunto nesta assembleia, estando de acordo com a moção que foi lida. -----

-----Como foi decidido nesta assembleia que não se pronunciassem e com a apresentação de uma não pronúncia ficaram sem a possibilidade de inverter a situação. -----



12/12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerou a proposta da UTRAT pior do que aquela que tinham apresentado relativamente ao número de redução de freguesias e propõe agregações que não agradam e contraria algumas vontades.-----

-----Referiu que tiveram a oportunidade de se pronunciarem e não o fizeram, penitenciando-se pela sua falta de força para convencer a Assembleia a aprovar a proposta de pronúncia que apresentou, porém, disse votar favoravelmente a moção apresentada, lembrando o parágrafos da moção de aceitar uma reorganização administrativa para o concelho, desde que pensada pelos responsáveis desta Assembleia Municipal.-----

-----Propôs ainda que começassem a definir princípios, porque se estão dispostos a uma reforma é necessário esclarecer o se pretende. E que os presidentes de junta, na qualidade de representante da sua freguesia, devem ter a ideia de na obrigatoriedade de terem de se agregar digam o que mais lhes convém - -----

-----Disse ter uma réstia de esperança que a lei não avance, mas se não for revogada, a culpa é da assembleia por não se ter pronunciado e ao não se decidirem irão aceitar o que impuserem.-----

-----**João Paulo Alves** - Manteve a sua posição em concordar com a reforma, mas com os diplomas fundamentais: a lei eleitoral e lei do financiamento, considerando-os vetores fundamentais.-----

-----Disse concordar com o representante do PSD, Décio Guerreiro, quanto ao erro da não pronúncia, hoje, mas seria um contrassenso votar contra a lei e apresentar uma pronúncia. Lamentou que tenham deixado que outras pessoas tomassem nas suas mãos a decisão de reorganizar o concelho.-----

-----Quanto à proposta de discutir uma nova pronúncia, questionou o que é que se pode discutir, sem terem as regras para poder decidir, lembrando que quando as freguesias se unem a sede fica na freguesia mais populosa e são estes pequenos detalhes que são muito importantes para que as freguesias se possam decidir.-----

-----**Presidente da Assembleia:** informou que recebeu da Assembleia de freguesia de Ferreira uma exposição em que se declara que esta freguesia é contrária à proposta apresentada, de acordo com agregação imposta pela UTRAT, tendo sido enviada, de igual modo, à Assembleia da República, acompanhada de um abaixo-assinado, subscrito por cerca de oitenta por cento da população de Ferreira.- -----

-----Falou, ainda, da possibilidade da assembleia municipal enveredar por providência cautelar, mas consultados especialistas em direito disse não competir à assembleia avançar com qualquer providência cautelar em relação a esta proposta concreta, uma vez que o que está em jogo é o interesse particular de cada freguesia.-----

-----Assim, declarou que a Mesa não tomará qualquer iniciativa em termos jurídicos, pois não tem para isso competência, segundo dados recolhidos junto de especialistas embora esteja solidária com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as freguesias que estão a ser alvo de uma agregação forçada e contrária aos princípios soberanos do poder local.-----

-----**Presidente da Câmara:** Disse manter o entendimento, já proferido, de não dever pronunciar-se para que a sua opinião não influenciasse ninguém, no entanto, referiu que sempre disse não ser contra a reorganização, mas que esta continua dependente de outras regras, designadamente, a lei eleitoral e a lei das finanças locais. Como ainda não estão reunidas essas condições mantém a sua opinião.---

-----Quanto à eventual proposta que Décio Guerreiro propôs fazer referiu que nenhum presidente de junta estará mandatado pela Assembleia de Freguesia, para discutir uma proposta de agregação da sua freguesia.-----

-----Apontou a possibilidade de, urgentemente, reunir com os Grupos Parlamentares que votarão esta proposta, de forma a travar a sua aprovação.-----

-----**Rosalina Martins:** Disse já ter tido a oportunidade de se pronunciar sobre este assunto, dizendo estar em concordância com os argumentos do Presidente da Câmara e o porta-voz do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

-----Recordando o que Décio Guerreiro, porta-voz do PSD, disse, de que a reforma foi apressada e não percorreu os diferentes estádios, que devia, e reconhecendo todos esses defeitos, disse ter-se esquecido da questão da legitimidade democrática. Nenhum dos presentes, quando foi eleito, foi mandatado para opinar sobre a reforma administrativa, tendo na última sessão, quando votaram a moção, comprometido que esta reorganização administrativa seria passível de debate em campanha eleitoral para depois ser feita a reforma administrativa.-----

-----Disse também nunca se terem pronunciado contra e que o Partido Socialista, já há anos, teve um acordo de reforma eleitoral que o PSD, mais tarde, denunciou, mas, que essa reorganização pressupunha todo o pacote – a revisão da lei eleitoral e a lei das finanças locais. Ora, como tudo foi feito ao contrário se como se pode ver vive-se uma ditadura da maioria, embora num estado democrático, há instâncias a quem se pode recorrer, acrescentou.-----

-----Como todas as assembleias de freguesia se pronunciaram contra a agregação não se sente com legitimidade democrática para avançar com uma proposta sem que essa proposta seja amplamente discutida, daí, o documento que está em discussão e, a possibilidade de apresentar uma outra proposta de reorganização, contradiz tudo o que tem sido discutido ao longo destas sessões.---

-----**João Cunha:** Disse estar à margem do que está a acontecer e contestou a discussão de uma proposta saída de uma reunião com os líderes de bancada, da qual não teve conhecimento e para a qual têm que emitir um parecer.-----

-----**Joaquim Felgueiras Lopes** – Manifestou a sua solidariedade com todos os presidentes de junta e disse manter a posição de ser contra a Lei e de defender os interesses do seu concelho -----

MANDATO DE 2009 /2013



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Que perante a posição da ANAFRE, representante de todas as freguesias, bem como da ANMP, que sempre se manifestarem contra a Lei, entende que devem continuar a discordar com a Lei da reorganização administrativa.-----

-----Sugeriu a providência cautelar como forma de travar o processo e disse não estarem mandatados para tomar uma posição para agregação a nenhuma freguesia, mas ter sido mandatado para dizer 'não' a qualquer agregação-----

-----**Carlos Barbosa** – Para além da inexistência da lei eleitoral e da lei das finanças locais que considerou fundamentais bem como a posição de todas as Assembleias de freguesia se terem manifestado todas contra a Lei da reforma, questionou se esta assembleia tem autoridade para defender o contrário e tomar uma posição diferente.-----

-----Disse não funcionar sob coação e lamentou que se pressionem as pessoas a emitirem outra opinião. O Partido Socialista já se pronunciou e manifestou-se contra a Lei. Quem criou o problema, deve resolvê-lo.-----

-----**João Paulo Alves** (porta-voz do PCP) Em relação à questão levantada por João Cunha informou ter tido o cuidado de partilhar a informação com a sua colega de bancada e de ela ter dado a anuência ao assunto.-----

-----E quanto à reforma questionou, o que se pode poupar em termos reais, se representa, apenas, zero vírgula zero um do PIB, dizendo que a parte económica foi o assunto pelo qual se tem vindo a debater há três anos.-----

-----**Décio Guerreiro**: Referiu não querer meter neste assunto a política nacional. Chamou a atenção para a moção que tem de ser votada, fruto do trabalho dos responsáveis dos Grupos Municipais desta Assembleia Municipal e que aponta para a possibilidade de uma reorganização administrativa para o concelho, diferente da UTRAT.-----

-----Disse que irá votá-la favoravelmente e não aceita que quando chegar outra proposta de reorganização, seja o único responsável por ela. Cada um ao votar vota em consciência e disse não concordar com a expressão "nós não estamos mandatados pelo povo para decidir isto" e 'estão mandatados pelo povo para dizer não?', questionou. Se não estão mandatados para decidir, disse repetir o que disse nas assembleias atrás, propondo a demissão de todos aos membros como forma de protesto pela agregação de freguesias. Se não se sentem mandatados para resolver isto devolvam a palavra à freguesia, ao povo, acrescentou.-----

-----Considerou que os presidentes de junta têm toda a legitimidade para se pronunciarem sobre aquilo que entendem da reforma administrativa, referindo que uma coisa é dizerem que não concordam com a Lei e outra coisa é cumprirem a Lei que lhes foi imposta.-----
E como forma de serem ouvidos, porque já perceberam que a UTRAT não deu importância nenhuma à posição assumida, será a demissão das juntas e da assembleia, em protesto à Lei.-----

MANDATO DE 2009 /2013



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E refletindo sobre as palavras 'de não serem coveiros' disse que iriam todos no mesmo funeral, já que a proposta do PSD era para agregar quatro freguesias, a atual agrega dez. A responsabilidade é de todos, disse, insistindo no cumprimento da Lei. ----- -

-----**João Cunha:** Pediu a leitura da moção, por ter chegado tarde e não saber exatamente os termos do mesmo. ----- -

-----Foi-lhe entregue fotocópia. ----- -

-----**Carlos Barbosa:** acerca da insistência da demissão de toda a Assembleia, proclamada por Décio Guerreiro, apontou uma outra medida: uma carta aberta na comunicação social a pedir a demissão do deputado do PSD pelo distrito de Viana do Castelo, o autor da Lei ----- -

-----**Joaquim Lopes:** Proclamou que uma lei tão contestada e dada às Assembleias Municipais para se manifestarem e quinze dias depois já é apresentada na Assembleia da República, não pode ter sido bem pensada. Disse apoiar as palavras do colega de bancada Carlos Barbosa. ----- -

-----**Décio Guerreiro:** Acerca da autoria da lei disse ser um processo já iniciado no Governo de António Guterres. ----- -

-----Disse que gostaria de conhecer a contestação à proposta emitida pela UTRAT apresentada pela da Assembleia de Freguesia de Ferreira, para perceber qual a intenção e que posição devem tomar. -

-----**Presidente da Assembleia:** informou ser um documento enviado para Assembleia da República a dar conhecimento de reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, onde todos os elementos votaram contra a proposta concreta da UTRAT de agregação das freguesias de Ferreira e Formariz e um abaixo-assinado com cerca de oitenta por cento de residentes da freguesia. ----- -

-----**João Paulo Alves:** Teceu alguns elogios ao presidente da Junta de Ferreira, considerando-o um bom presidente de junta e de que ninguém o poderia culpar da agregação da sua freguesia. ----- -

-----**Vereador José Augusto Sousa, autorizado a intervir pelo Presidente da Câmara** Disse concordar com a Moção, em discussão, mas que seria conveniente avançar com uma proposta a contestar a proposta da UTRAT. ----- -

-----Sugeriu exemplos de outros municípios de que tem conhecimento, essencialmente em concelhos PSD, cujo presidente não se recandidata e onde serão interpostas providências cautelares. Nas câmaras municipais onde o presidente da câmara se recandidata fizeram propostas de alteração à proposta da UTRAT. ----- -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Minimizou o receio das implicações políticas que uma tomada de posição possa ter no futuro do concelho, já que juntando ou não as freguesias de Paredes de Coura esta continuará a ser Paredes de Coura.-----

-----Preveniu que após a interposição das providências cautelares é necessário apresentar, de imediato, a ação principal e alertou para a continuidade dos processos e consequentes pagamentos, atendendo à proximidade das eleições e nas freguesias onde o presidente da junta não se recandidate que os seguintes assumam as despesas dessas ações.-----

-----**Décio Guerreiro:** Na sequência da luta do Presidente da Junta de Ferreira para impedir a agregação da freguesia, propôs que, antes da votação da Moção, fosse acrescentado um parágrafo que expressasse o descontentamento das freguesias visadas na agregação na proposta pela UTRAT e se anexasse à Moção o processo relativo à posição assumida pela freguesia de Ferreira, na íntegra. -

-----O Presidente da Assembleia redigiu o parágrafo proposto e obteve o consenso dos proponentes da moção.-----

-----**Etelvina Montenegro:** Disse estar de acordo com o aditamento do parágrafo à Moção, no entanto manifestou-se desconsiderada pelo relevo dado à freguesia de Ferreira, parecendo ser a única freguesia em desacordo com a agregação, informando que a freguesia de Cossourado também se opôs à sua anexação a Linhares.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Disse que a freguesia de Ferreira foi a única que reuniu extraordinariamente e remeteu à Assembleia Municipal o resultado. No entanto, disse que a Mesa estava solidária com as restantes freguesias-----

-----Foi lida a Moção.-----

-----**Décio Guerreiro:** Observou que daria outro impacto à moção se se acrescentasse a percentagem dos eleitores que subscreveram o abaixo-assinado.-----

-----Lamentou que as outras freguesias do concelho não tivessem agido em consonância com Ferreira, ou seja, de não terem obtido o protesto das suas freguesias.-----

-----**Carlos Barbosa:** Esclareceu que a freguesia de Ferreira tinha vindo com um segundo parecer para além do primeiro, propondo que poderiam anexar-se ao processo, todos os pareceres já antes emitidos e presentes à sessão anterior da Assembleia.-----

-----**Décio Guerreiro:** Lembrou que tendo a freguesia de Ferreira sido a única a pronunciar-se acerca da nova proposta e não fazer muito sentido anexar novamente todos os pareceres já enviados, no entanto, disse não ter nada a opor.-----

MANDATO DE 2009 /2013



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Presidente da Assembleia:** Que de acordo com o proposto pelo Partido Socialista, anexa-se mais um parágrafo que refira os pareceres negativos das assembleias de Freguesia. -----

-----**A Moção depois submetida à votação foi aprovada por maioria com 40 votos a favor, sendo 26 do PS, 13 do PSD e 01 do PCP e 01 abstenção do PSD, com declaração de voto, que a seguir se transcreve.** -----

-----**João Cunha:** Disse abster-se, por haver inúmeras vozes discordantes e porque muitas pessoas não tiveram conhecimento do que se passou na reunião dos Grupos Municipais que antecedeu esta reunião, tendo só dela tomado conhecimento hoje e, ainda, por não se sentir mandatado, nem mandatou três pessoas para definir os destinos das freguesias deste concelho.-----

-----**Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.**-----

-----**Décio Guerreiro:** Alertou para a possibilidade de a Assembleia Municipal recomendar a apresentação de providências cautelares por cada assembleia de freguesia, ou ainda, atendendo aos custos, que seja a Câmara Municipal. -----

-----**Presidente da Câmara:** Disse não ser competência da Câmara ou da Assembleia a apresentação de providências cautelares, mas das próprias juntas. E caso se considere ser uma boa estratégia, concordou que seja seguido esse caminho. -----

-----**Tiago Cunha:** Preveniu para a falta de legitimidade da Câmara e da Assembleia na apresentação de providências cautelares. E relativamente ainda a este assunto disse que procuraria informar de forma vaga e genérica, com todas as ressalvas possíveis. Disse tratar-se de uma questão política por um lado e legal pelo outro. Politicamente a Assembleia poderá dizer aquilo que entender e emitir a opinião que quiser, assim como, a Câmara. Legalmente não podem agir. A legitimidade tem de ser aferida em concreto e cada freguesia tem um interesse único que serve de fundamento à ação e à providência cautelar. A providência cautelar sendo um meio de acautelar o efeito da lei, não é um fim em si mesmo, o fim em si mesmo é a ação judicial. Que a questão será a de aferir o interesse que vai tutelar e qual é a fundamentação. Concretamente, não se pode pegar em dez freguesias diferentes em simultâneo e especular o que vai acontecer. O interesse de cada uma das freguesias e a forma como a lei é cumprida relativamente a cada proposta tem de ser aferida em concreto. Não se pode prever a hipótese de 100% ou 50%, depende. Ora, a verdade é que não se pode apreciar de outra forma sem ser esta, referiu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Presidente da Assembleia:** Disse ser da competência das Juntas a decisão de apresentarem ou não providências cautelares, já que são os seus interesses que estão em causa. Sugeriu, na sequência da falta de verbas por parte das juntas, a doação das senhas de presença da sessão de hoje, e que da sua parte fá-lo-ia. -----

-----**Joaquim Lopes:** Disse ter pedido um parecer jurídico à ANAFRE, de quem são associados e de acordo com o parecer têm que ser as juntas a apresentar a providência cautelar. -----

-----**Décio Guerreiro:** Disse ter apresentado uma proposta que agora pretende retirar. Da parte das juntas seriam as próprias a decidir. Disse ficar satisfeito quando algumas juntas de freguesia de Paredes de Coura já o fizeram e como disse o Presidente da Junta, Joaquim Lopes, a ANAFRE apresentou uma providência cautelar em nome dos seus associados, logo todas as juntas de freguesia de Paredes de Coura que sejam associadas da ANAFRE já têm uma providência cautelar. E talvez nem faça sentido apresentar outra. -----

-----Insistiu que quando sai a Lei de agregação de freguesias a proposta deveria partir da Câmara para apresentar na Assembleia de acordo com o esclarecimento da CCDRN. -----

-----Por fim, disse que se fosse presidente de junta apresentava a proposta à assembleia, como não é retira-a. -----

-----**Joaquim Lopes:** Proferiu que será de toda a conveniência apresentar o maior número de providências cautelares no Tribunal Administrativo. -----

-----**Presidente da Câmara:** Disse que era competência da Câmara apresentar um parecer, o que foi cumprido. A proposta partiria da Assembleia. -----

-----**Presidente da AM:** Esclareceu, ainda, das diligências que serão enveredadas para serem ouvidos pelos Grupos Parlamentares a contestar do nosso protesto da proposta concreta da UTRAT. -

= ENCERRAMENTO =

-----E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e pela Secretária. -----

MANDATO DE 2009 /2013

